



RELATÓRIO DO PREFEITO

Mais capacidade para governar

Como transformar recursos, conhecimento e tempo em resultados que a população reconhece

Plano Estratégico e Diretor de Tecnologia e Cidade, PEDTC

Base: IEGM 2025, exercício 2024, 644 municípios paulistas jurisdicionados ao TCE SP. A capital não integra o universo porque é jurisdicionada ao TCM SP.

Peça derivada do Relatório Final Técnico PEDTC, edição de 25 de outubro de 2026. Fontes, método e limites no relatório completo.

Ana Smart Solutions Ltda.

DIRECITY GOV, inteligência e execução para a gestão municipal

Edição de 26 de outubro de 2026.

Para o prefeito e o chefe de gabinete. Síntese executiva do Relatório Final Técnico PEDTC, edição de 25 de outubro de 2026, com base no IEGM 2025, exercício 2024, dos 644 municípios paulistas. Segue sempre acompanhado da ficha do seu município.

1. O limite de um governo não é só o orçamento

O prefeito não acorda pensando em matriz de riscos ou em indicador de maturidade. Pensa na fila da saúde, na vaga da creche, na obra parada, no recurso que precisa chegar e na cobrança da população e da Câmara. A rotina consome o tempo de planejar, cada secretaria resolve o seu problema sozinha e o governo paga várias vezes pelo que poderia fazer uma vez.

O que este relatório mostra.

O limite de um governo não é apenas seu orçamento: é sua capacidade de transformar recursos, conhecimento e tempo em resultados. O Tribunal de Contas mede justamente essa capacidade, e a maioria dos municípios está nas faixas mais baixas de eficiência.

2. Tecnologia não é suporte: é o governo inteiro

A tecnologia está em tudo o que a prefeitura faz, do celular em que o prefeito despacha à minuta do estudo técnico preliminar, da folha de pagamento ao prontuário da saúde, da matrícula escolar à emissão do alvará. Nada mais funciona sem ela. Nas empresas, já não há espaço para o gestor de tecnologia que olha só para o suporte; na prefeitura, quem responde pela política pública é cada secretário, e o plano de tecnologia é assunto de todos eles.

O que o tribunal mostra	Dado
Municípios nas faixas C ou C+ do IEGM	544 de 644, 84,5%
Pontos do IEGM que dependem obrigatoriamente de tecnologia e estão fora do i-Gov TI, a dimensão de tecnologia	8 em cada 10, 2.761 de 3.436
Municípios sem plano de tecnologia informado ao tribunal	408 de 644, 63,4%; para o tribunal, o plano não informado não existe
Sem política de segurança da informação	355 de 644, 55,1%
Sem encarregado de dados pessoais, exigido pela LGPD	422 de 644, 65,5%

O resultado aparece no índice inteiro. Os municípios que mantêm o plano estão mais acima no IEGM geral, em todos os portes:

Porte	Com plano, em faixa B ou B+	Sem plano, em faixa B ou B+
Todos, 644	61 de 236, 25,8%	39 de 408, 9,6%
Pequeno	26 de 104, 25,0%	27 de 287, 9,4%
Médio	23 de 106, 21,7%	12 de 106, 11,3%
Grande	12 de 26, 46,2%	0 de 15, 0,0%

Entre os grandes, nenhum dos 15 sem plano chegou à faixa B. O plano funciona como marcador de uma prefeitura que sabe planejar, publicar e manter o que planejou.

3. O que o prefeito precisa saber

As capacidades andam juntas, e por isso faltam juntas. Em 50 de 50 pares de capacidades que o tribunal pergunta, quem tem uma tende a ter as outras. A prefeitura que não tem uma geralmente não tem as demais.

A obrigação é comprada em partes. No levantamento nacional do Portal Nacional de Contratações Públicas, 183 de 231 prefeituras localizadas no país compraram um único dos nove temas de obrigação examinados, em contratos de até doze meses. Em nove municípios, Prefeitura e Câmara contrataram o mesmo tema separadamente. Nenhum dos 337 fornecedores reúne mais de quatro temas.

Nenhuma oferta pública junta as frentes. Seis das doze frentes que o problema exige não aparecem em nenhum programa ou plataforma estadual e federal examinado na seção 4.1.1 do relatório técnico. Onde uma frente existe, existe sozinha.

A integração já é lei no coração da Fazenda. O Decreto 10.540 de 2020 exige um único sistema de execução orçamentária e financeira por ente, o SIAFIC, compartilhado pelos Poderes. Nas demais áreas, a fragmentação continua.

O recurso se perde no caminho. O Ipea mostra que os municípios apresentam muitas propostas de transferência e convertem menos em instrumentos assinados. O recurso só chega quando há projeto preparado, com riscos, responsabilidades e viabilidade documentados.

4. Um esforço, múltiplos resultados

Comprar cada obrigação em separado custa, pela mediana do mercado, R\$ 27,1 mil por mês para as quatro obrigações recorrentes, LGPD, plano de tecnologia, IEGM e captação de recursos, e R\$ 76,6 mil por mês para os nove eixos examinados. Uma única solução integradora atende a todas as secretarias:

Porte	Habitantes	DIRECITY GOV por mês	Por ano	Sobre os nove eixos em separado
I	Até 20.000	R\$ 9.900,00	R\$ 118.800,00	12,9%
II	20.001 a 30.000	R\$ 12.900,00	R\$ 154.800,00	16,8%
III	30.001 a 40.000	R\$ 15.900,00	R\$ 190.800,00	20,7%
IV	40.001 a 50.000	R\$ 18.900,00	R\$ 226.800,00	24,7%
V	50.001 a 75.000	R\$ 22.900,00	R\$ 274.800,00	29,9%
VI	75.001 a 100.000	R\$ 26.900,00	R\$ 322.800,00	35,1%
VII	100.001 a 125.000	R\$ 30.900,00	R\$ 370.800,00	40,3%
VIII	125.001 a 150.000	R\$ 33.900,00	R\$ 406.800,00	44,2%
IX	150.001 a 200.000	R\$ 37.900,00	R\$ 454.800,00	49,5%
X	200.001 a 250.000	R\$ 41.900,00	R\$ 502.800,00	54,7%
XI	250.001 a 300.000	R\$ 44.900,00	R\$ 538.800,00	58,6%
XII	Acima de 300.000	Sob proposta	Sob proposta	

Mesmo no maior porte com preço público, a plataforma custa menos que os nove eixos juntos. A comparação é com a mediana de mercado de cada eixo, não com o que o seu município contrata hoje, e não é promessa de economia: o gasto real é apurado contrato a contrato no diagnóstico. A implantação, cobrada uma vez, equivale a duas mensalidades.

Mais que a soma dos eixos.

O DIRECITY GOV reúne plano, prioridades, convergência entre obrigações, preparação de projetos, captação, contratações, acompanhamento da execução e evidência produzida durante o trabalho. O que uma secretaria registra serve às demais, e o que é feito já produz a prova de que foi feito.

Da captação à medição do resultado. Não basta planejar de forma integrada se o município não consegue captar os recursos para executar o que planejou. E não basta ter o plano se ele não pode ser executado, acompanhado e medido. O DIRECITY GOV foi desenhado para cobrir esse caminho inteiro: da preparação para captar recursos à medição do resultado entregue à população.

5. Onde o método já foi aplicado

O método foi desenvolvido e aplicado em Pindamonhangaba, de 2019 a 2024, período em que o autor do estudo foi Secretário de Tecnologia, Inovação e Projetos da Prefeitura. No i-Gov TI, o município evoluiu de B para B+ e depois para A, a faixa mais alta, segundo o Relatório de Desempenho Municipal do TCESP do período. Obteve as três certificações de cidades da ABNT: ISO 37120 Platina, em novembro de 2022, e ISO 37122 Ouro e ISO 37123 Platina, em outubro de 2023. Pelos registros da própria administração, a ouvidoria caiu de 45 para 2 dias. Os resultados resultam do trabalho de toda a gestão no período e não se transferem automaticamente a outro município. Contratando, podem ser: o método atende do pequeno ao grande município.

6. As decisões do prefeito nos primeiros 30 dias, e a seguinte

1. **Nomear um patrocinador** com autoridade sobre as secretarias, por ato publicado, e instituir o comitê que acompanha a carteira de prioridades.
2. **Convocar a oficina de priorização** com todas as secretarias, para chegar a cinco a dez prioridades com problema descrito, responsável e linha de base.
3. **Determinar o inventário de evidências:** nenhuma resposta ao tribunal sai sem documento localizável, vigente e conferido pelo controle interno.
4. **Escolher a primeira ação que atende várias obrigações**, com ficha de viabilidade revisada pela Fazenda e pelo Jurídico.

Concluídos os 30 dias, com a carteira e a primeira ficha de viabilidade em mãos:

5. **Definir o caminho de contratação** com o Jurídico: a plataforma SaaS, por inexigibilidade, desde que o estudo técnico preliminar demonstre que a necessidade integrada só é atendida por esta solução, com a exclusividade comprovada por documento idôneo, ou a assessoria com fornecimento da plataforma para uso contínuo. Cabe ao Jurídico demonstrar o enquadramento; os requisitos estão no Caderno do Secretário.

7. O que este documento não promete

As relações entre plano e faixa do IEGM são associações, e escrever um plano não eleva a nota por si, mas os municípios que estruturam, mantêm e executam o plano estão mais acima no índice em todos os portes. Preparar projetos não garante aprovação nem desembolso, mas prontidão aumenta a capacidade de captação de recursos. A busca nas contratações públicas é temática. O método, as fontes e os limites de cada número estão no relatório técnico completo e com toda a fundamentação.

8. Próximo passo

Agende a apresentação para o seu governo.

Em uma reunião de uma hora com o prefeito e o patrocinador, a Ana Smart Solutions apresenta a ficha do município e o caminho dos primeiros 30 dias. Contato: contato@anasmart.com.br, anasmart.com.br.

DIRECITY GOV. Mais inteligência para governar. Mais capacidade para realizar. Mais resultados para a cidade. Estudo elaborado pela Ana Smart Solutions, empresa que desenvolve o DIRECITY GOV.